

O LUGAR DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DO RIO DE JANEIRO ENTRE 1883 E 1945

Edimara de Lima da Silva
Licenciatura Plena em Geografia
Universidade Estadual do Ceará - Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos
(UECE/FAFIDAM)
elsilva1987@gmail.com

CARDOSO, Luciene Pereira Carris. **O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945**. São Paulo: Annablume, 2013. (Coleção Geografia e Adjacências).

Luciene Pereira Carris Cardoso iniciou sua caminhada acadêmica na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Estabeleceu forte vínculo com esta Universidade obtendo primeiramente os títulos de bacharel, em 1999, e licenciada, no ano de 2001 em História e, posteriormente, as titulações de mestre, no ano de 2003, e doutora, em 2008, também em História. Sua orientadora nos cursos de pós-graduação foi a professora Lúcia Maria Paschoal Guimarães, uma personagem ímpar dentro do cenário acadêmico brasileiro por suas contribuições. Entre os anos de 2011 e 2013, esteve sob orientação do professor Antônio Carlos Robert Moraes em um estágio de pós-doutoramento, este uma figura de destaque na história da Geografia brasileira. De maneira geral seus trabalhos fazem um “passeio” por temas como: História do Brasil, História Política, História Cultural, História da Geografia no Brasil entre outros temas.

A parte introdutória do livro apresenta as linhas gerais para a confecção do material aqui apresentado. O texto se inicia com uma explanação apontando para a validade de se observar e analisar a trajetória das instituições públicas e privadas argumentando que essas constituem um campo de estudo que contribui para o entendimento de determinados meandros políticos e sociais. Em seguida, esclarece que o livro em questão resulta de uma adaptação - e junção - de sua dissertação de mestrado, defendida no ano de 2003, e de sua tese de doutorado apresentada no ano de 2008.

Para a viabilização da pesquisa foram analisados documentos como o material oficial produzido pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ), Anais de eventos organizados pela Sociedade, relatos de José Lustosa da Cunha Paranaguá e José Carlos de Macedo Soares (que atuaram na presidência da SGRJ), o arquivo pessoal de Mario Augusto Teixeira de Freitas e dicionários bibliográficos.

Segundo a autora, a pesquisa realizada tem por base o “método da biografia coletiva” - definido por Lawrence Stone - que consiste na investigação dos grupos de atores que exerceram algum tipo de influência no contexto histórico. Podemos aqui, apontar uma tênue linha de ligação entre o método de pesquisa utilizado por Cardoso (2013) e a “rede de atores” proposta por Latour (2011)¹ que dá especial atenção aos diversos sujeitos que ocasionalmente, venham a fazer parte das descobertas científicas.

Vale salientar que, para a Cardoso (2013), a pesquisa não tem pretensões de “examinar a evolução do saber geográfico” nem de caminhar pela história do pensamento geográfico no Brasil; o que está posto é a relevância da trajetória institucional da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro no cenário sociopolítico brasileiro.

O livro está estruturado em cinco capítulos: Capítulo 1 – Um novo espaço para o saber geográfico nos trópicos; Capítulo 2 – Iniciativas e projetos da Casa de Paranaguá; Capítulo 3 – Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: um espaço de civismo; Capítulo 4 – Uma tribuna de vozes autorizadas; e o Capítulo 5 – Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o fim de uma era?.

O capítulo primeiro aborda o processo de “implementação” - a palavra é posta assim entre aspas, pois tem-se a convicção de que a busca e a implementação do saber geográfico no Brasil e em outros lugares se fez de diversas maneiras e não estava, necessariamente, vinculada à uma instituição ou mesmo institucionalizada - do saber geográfico no Brasil bem como da institucionalização desse saber quando do surgimento das primeiras associações, grêmios e universidades.

Segundo Cardoso (2013), diversos “estudiosos” - no transcorrer do livro esses estudiosos recebem nome e sobrenome - ressaltam que o processo de implementação do saber geográfico, que já era praticado de diferentes formas no Brasil, só teve uma guinada significativa após as transformações ocorridas na década de 1930. O caminho até a institucionalização “acadêmica” levou algumas décadas para se efetivar e muitos personagens importantes cruzaram esse caminho.

Haviam algumas manifestações de atividade científica baseadas em modelos teóricos europeus. A autora baseia-se nas obras de Fernando Azevedo e de José Veríssimo da Costa Pereira para explicitar que a visão eurocêntrica delimitava as linhas por onde deveria

¹ LATOUR, Bruno. **Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. Tradução Ivone C. Benedetti; revisão de Jesus de Paula Assis. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP, 2011.

Building the way

seguir a ciência geográfica. “Nesse sentido, o cenário intelectual brasileiro do final dos Oitocentos seria diretamente dependente da Europa, ou seja, o conhecimento partia de uma mão única para o novo continente. (p. 23)” Cabe mencionar o artigo “The spread of western science” do George Basalla (1967)² que partilha a mesma visão eurocêntrica de difusão do saber científico. Cardoso (2013) infere que, as pesquisas apontavam “a condição colonial periférica como fator determinante” para o atraso no desenvolvimento das ciências, não muito longe do apontado por Basalla (1967) em seu artigo.

Em 1822, tendo em vista a emergência de um Estado independente, um discurso sobre o território permeava os diálogos entre grupos de políticos e intelectuais. Com isso tornou-se imperativo trazer para o cenário brasileiro um debate vinculado ao pensamento geográfico que, por sua vez, estava atrelado a um processo de “construção da nacionalidade”, e passava a ser feito no âmbito local, algo que é apontado por Chambers (1993)³ em seu texto “Locality and Science: Myths of Centre and Periphery”, onde o autor defende a ideia de uma ciência local, podendo essa ser realizada em todos os lugares e sem necessariamente, precisar de um centro difusor.

Podemos perceber que, no transcorrer dos Oitocentos, a atividade científica é compreendida como uma atividade social e que esta tem a participação de agentes internos e externos à comunidade científica. Uma preocupação da autora é evidenciar o papel de intelectuais que, direta ou indiretamente, contribuíram para a “autonomia” de campos de pesquisa e à consolidação de projetos científicos que viessem a enriquecer o meio intelectual brasileiro. Para tal, o desenvolvimento de associações, comitês, grupos de pesquisa, mostrou-se bastante útil.

Articulada a interesses políticos e imperiais, foi fundada em fevereiro de 1883 a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro por iniciativa do Manoel Francisco Correia. O surgimento da SGRJ marca um momento de desligamento de intelectuais importantes que faziam parte da Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Para o cenário

² BASALLA, George. **The spread of western Science**. In: Science, 156, maio, 1967. (p.611-622)

³ CHAMBERS, David W. **Locality and Science: Myths of Centre and Periphery**. In: LAFUENTE, Antonio. ELENA, Alberto. ORTEGA, Maria Luiza. Mundialización de la Ciencia y Cultura Nacional. Madri, Ed Doces Calles, 1993. (p. 605-617)

Building the way

intelectual da época representou uma ruptura, porém não nos moldes propostos por Kuhn (2013)⁴ no seu livro “A estrutura das revoluções científicas”.

Como mencionado, antes da SGRJ, já vigoravam duas outras entidades: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, desde 1838, e a Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil (esta desenvolveu atividades entre 1878 e 1888). A IHGB ofereceu sustentação ao Estado Monárquico e atuava junto ao ideário de “memória nacional”.

A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro veio para “preencher uma lacuna” dentro do cenário intelectual brasileiro. Os seus membros eram oriundos, muitos deles, da Seção Filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e buscavam fortalecimento de uma instituição nacional. O primeiro presidente da Sociedade foi José Lustosa da Cunha Paranaguá. A Sociedade realizava sessões e conferências e contava com a participação de figuras ilustres e políticos influentes. A exemplo do Imperador D. Pedro II, Conde d’Eu, a Princesa Isabel, o Visconde de Taunay, o Barão de Teffé, visitantes estrangeiros entre outros. A Sociedade era composta por um grupo de intelectuais que tinham formação e origem acadêmica das mais diversas: militares, médicos, engenheiros, advogados e outros.

A Sociedade possuía um roteiro formal, com atas, exames e publicações. A mesma apresentava-se estruturada em “comissões científicas”: Geografia Física; Geografia Política; Geografia Matemática; Geografia Americanista. Para organizar as publicações, foi elaborado um “Questionário Geográfico” que servia de norte no que dizia a respeito dos assuntos relevantes. Além do “Questionário”, havia o “Noticiário”, elaborado pelo redator chefe da Sociedade, que consistia em uma seleção de notícias nacionais e estrangeiras. As primeiras publicações apresentavam relatos de viagens ao interior do território.

Com a proclamação da República em 15 de novembro de 1889, as atividades realizadas pela Sociedade foram afetadas diretamente. Afinal a Sociedade, juntamente com outras instituições, recebia auxílio financeiro do ex-Imperador. A imagem do ex-Imperador associada à Sociedade acabou por trazer dificuldades para a entidade, que foram desde atraso de verbas, mudança de sede, desorganização do acervo e atraso na publicação de periódicos.

No início do século XX, a Sociedade se envolve em diversas solenidades, as “Comemorações do Quarto Centenário dos Caminhos das Índias” é um exemplo, e

⁴ KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. Tradução Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 12ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

Building the way

participação em eventos, tais como o Congresso Internacional de Geografia e Terceira Reunião do Congresso Científico Latino Americano, em 1905. Outros eventos a mencionar são a publicação do Dicionário Geográfico do Brasil, elaborado por Moreira Pinto - obra que lhe rendeu algumas apresentações com direito a visitantes importantes e que recebeu críticas do engenheiro geógrafo Torquato Xavier Monteiro Tapajós, que a julgava de grande valia, porém com lacunas e incorreções - como as três sessões realizadas com a presença do Imperador, do Conde d'Eu, onde Júlio Pinkas destaca o papel de importância do Brasil na América do Sul e ressalta os benefícios do projeto de integração “Madeira-Mamoré”, e a “Exposição Geográfica Sul-Americana”, com o objetivo de comemorar o quinto aniversário da Sociedade.

Com relação à participação de estrangeiros, cabe mencionar a interação de membros da Sociedade com o viajante alemão Karl von den Steinen, o explorador Othon Clauss e o geógrafo francês Jean-Jacques Élisée Reclus, este fez fortes críticas à divisão político-administrativa do território brasileiro, à estrutura fundiária, ao programa de imigração e à constituição, que ao seu ver, não passava de uma cópia da carta dos Estados Unidos.

Passando à atuação dos brasileiros, a autora chama atenção para Candido Mariano da Silva Rondon, incumbido de implantar, entre 1907 e 1915, linhas telegráficas no noroeste do Brasil. “A atuação de Rondon permitiria integrar o sertão ao restante da nação brasileira.” (p. 107). Além desse projeto, Rondon esteve com Theodore Roosevelt, em sua Expedição Científica entre 1913-1914, explorando áreas virgens.

Saindo dos relatos de viagem, do outro lado da Geografia, buscando a institucionalização desta como disciplina no ensino superior, estavam Carlos Delgado de Carvalho e Everardo Backheuser. Estes, juntamente com a Sociedade, atuaram na criação do curso superior de Geografia, cujo nome era “Curso Superior Livre de Geografia”, que funcionava gratuitamente nos anos de 1926 e 1927. Vale ressaltar que iniciativa similar foi tomada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro entre 1916 e 1921.

Em 25 de maio de 1926, Everardo Backheuser, um dos pioneiros na introdução do pensamento geopolítico no Brasil, proferiu a aula inaugural do Curso Superior Livre de Geografia. Segundo Cardoso (2013), o curso visava conferir o título de “Laureado em Geografia e Ciências Correlatas”.

A grade curricular do curso, em 1926, estava dividida em dois períodos e era composta pelas seguintes disciplinas: Cosmografia; Fisiografia e Paleografia; Metereologia e

Building the way

Climatologia; Métodos Estatísticos e Desenho de Cartas Geográficas; e Ecologia, no primeiro período. O segundo período estava voltado para: Metodologia e história da Geografia; Etnografia e Antropologia; Geopolítica; Forças Econômicas; e Movimentos da População.

Em 1927, o curso estava estruturado de forma mais enxuta. A respeito da organização desse curso superior, a autora utilizando-se de percepções de Ruy Moreira e José William Vesentini, afirma que esse projeto educacional estava alinhado com ideias de cunho patriótico e exaltação da grandeza nacional.

Após os anos de 1930, “significativas transformações afetaram a vida política, econômica, social e cultural da Nação.” (p. 133). A mencionar a própria desarticulação da política “Café com Leite”, as três fases da “Era Vargas”, a convocação para Assembleia Constituinte, em 1933, e o debate a respeito da divisão administrativa do espaço nacional e as iniciativas do Estado Novo. Instaurou-se um desejo de formação de uma “cultura geográfica” e de busca por raízes brasileiras. O período de 1930 a 1945, segundo Cardoso (2013), caracterizou-se pelo desenvolvimento de uma “cultura geográfica”

Ao final do livro, nos deparamos com algumas páginas destinadas a abordar a importância dos congressos brasileiros de Geografia entre 1909 e 1944, apresentados como um bom exemplo do funcionamento do sistema geográfico oficial, sistema esse caracterizado por uma linha pragmática e utilitária bem como da realização, no ano de 1945, das últimas atividades desenvolvidas pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que, diante de uma maior complexidade das relações culturais, políticas e econômicas, cedia espaço para uma instituição de caráter nacional, a Sociedade Brasileira de Geografia.

Finalizando a leitura do livro de Luciene Pereira Carris Cardoso (2013), notamos que o seu trabalho possui um forte caráter internalista e apresenta, em linhas gerais, como uma instituição que, aparentemente agia no âmbito local, obteve com decorrer do tempo e por meio da atuação de seu grupo de intelectuais, destaque nacional. A historiadora, em diferentes momentos de seu trabalho apresenta um texto descritivo, bebendo tanto em obras de geógrafos como em obras de historiadores e apegando-se a fatos e atores para explicar os entremeios que contribuíram para o reconhecimento da importância da SGRJ no Brasil bem como da sua íntima ligação com o poder político vigente no período observado.

Building the way

Constatamos que a autora, mesmo quando se apropria de discursos de alguns geógrafos como de Milton Santos (2002)⁵ em “Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica”, Yves Lacoste (1989)⁶ no seu tão falado livro “A geografia - isso serve, em primeiro lugar para fazer a guerra” e William Vesentini (2008)⁷ com o seu “Por uma geografia crítica na escola”, não desvincula-se do seu foco: a apresentação do papel ímpar da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e sua condição de “abre alas” para o surgimento de uma instituição de âmbito nacional.

⁵ SANTOS, Milton. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica**. São Paulo: EDUSP, 2002.

⁶ LACOSTE, Yves Jean. **A geografia - isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. São Paulo: Papirus, 1989.

⁷ VESENTINI, José William. **Para uma geografia crítica da escola**. São Paulo: Editora do autor, 2008.